



**EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**

**JOÃO MARCOS CAVALIN CUBA, VEREADOR QUE ESTE SUBSCREVE, NO  
USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS, SEÇÃO I DO CAPITULO IX DO TITULO XI,  
APRESENTAR JUSTIFICATIVA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE DECRETO  
LEGISLATIVO Nº 11 /2015, CUJA SÚMULA:**

**“SÚMULA: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ HONORÁRIA  
DE CAMPO LARGO, À DESEMBARGADORA JOECI  
MACHADO CAMARGO, CONFORME ESPECÍFICA.”**

**DO MÉRITO**

**JOECI MACHADO CAMARGO**, filha de João Aristides Machado e de Didi Machado, nasceu no dia 9 de outubro de 1955, em Londrina (PR). Bacharela pela Faculdade de Direito de Curitiba, turma 1980.

Habilitada em concurso público, foi nomeada juíza substituta em 29 de dezembro de 1986 e julgando também nas comarcas de Apucarana e Guaratuba. A partir do dia 20 de dezembro de 1988, como juíza de direito, exerceu as funções nas comarcas de Formosa do Oeste, Telêmaco Borba, Ponta Grossa e Curitiba. Em 13 de fevereiro de 2009 foi nomeada desembargadora do Tribunal de Justiça do Paraná.

Idealizadora do Programa Justiça no Bairro que recentemente realizou 180 casamentos, no Município de Campo Largo.

✍



## PROGRAMA JUSTIÇA NO BAIRRO

Levar a Justiça para quem precisa. Esta foi a motivação para a hoje desembargadora Joeci Machado Camargo criar o programa Justiça nos Bairros. O Justiça no Bairro permite a resolução de problemas de maneira mais rápida e atende uma demanda reprimida pelo Judiciário, principalmente por pessoas de baixa renda. Outro destaque é a realização de casamentos coletivos, celebrados pela própria Joeci. O projeto promoveu mais de 40 mil audiências.

## HISTÓRICO DO PROGRAMA

O projeto 'Justiça no Bairro' iniciou os trabalhos no ano de 2003, na cidade de Curitiba. A primeira atuação do projeto foi no dia 29 de março, data esta em que é comemorado o aniversário da Capital. O programa foi realizado em parceria com a Prefeitura Municipal da cidade, o Ministério Público do Paraná, a Defensoria Pública do Paraná, instituições de ensino superior (Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Universidade Federal do Paraná e Universidade Tuiuti do Paraná), além de outras instituições públicas e privadas. Os atendimentos foram realizados na Rua da Cidadania do Bairro Novo, situação inédita para a época, pois a figura do juiz estava restrita ao Fórum e gabinete. Na ocasião, foram mais de 800 atendimentos efetivados. Deste contingente, grande parte teve o conflito solucionado mediante a possibilidade de serem ouvidas as partes, permitindo desta forma a conciliação - do acordo formalizado a entrega imediata da documentação. A segunda edição do 'Justiça no Bairro' ocorreu no mesmo ano (2003), no Bairro Boqueirão, na capital do Estado, com mais de 90 audiências conciliatórias repercutindo em acordo, perfazendo mais de 1.000 atendimentos. Durante o ano de 2003, o programa, em 14 (dias) eventos chegou ao número de 1.822 audiências consensuais, totalizando mais de 20.000

4



atendimentos, só na área do judiciário. Em 2005, o projeto deixou seu maior marco, ao se desarticular para o interior do Estado. O primeiro aconteceu em Piraquara (Região Metropolitana de Curitiba), e o segundo na longínqua Comarca de Foz do Iguaçu. A coordenadora do 'Justiça no Bairro', desembargadora Joeci Machado Camargo, então Juíza de Curitiba, passou a se deslocar - sem prejuízo de suas funções - para atender a população do interior. Juntamente, voluntários e demais participantes seguiam o mesmo ideal, e a largos passos, na atualidade, fizeram do projeto o maior programa de responsabilidade social do Poder Judiciário. Segundo dados estatísticos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o projeto contabiliza resultados expressivos - no ano de 2010, foram mais de 90 mil atendimentos realizados.

Após ser instituído pelo Tribunal de Justiça pelo decreto judiciário de número 039/2003. O programa surge com o propósito de aproximar o Poder Judiciário dos jurisdicionados economicamente carentes, oferecendo-lhes condições dignas de acesso à Justiça. O programa propicia de imediato à entrega da prestação jurisdicional, frente à desburocratização, descentralização e a aproximação da Justiça do cidadão, e foi com este intuito que surgiram também o Núcleo de Conciliação das Varas de Família e os Polos de Conciliação permitindo a descentralização das Varas de Família.

Pautado pela Lei Federal nº 1.060/50, o programa tem como objeto atender às pessoas carentes, assim consideradas na forma da Lei, para a homologação judicial de acordos relativos à matéria de competência das Varas de Família. Frente à determinação do Decreto Judiciário nº 039/2003, os Polos podem perfeitamente ser instalados em instituições de ensino como as Faculdades e Universidades, nas Ruas da Cidadania criadas pela Prefeitura Municipal de Curitiba, ou em qualquer outro local adequado à prestação da tutela jurisdicional, conforme previsão do artigo 2º deste Decreto.

Cabe aqui destacar que o 'Justiça no Bairro', nome gênero do programa, subdivide-se em três vertentes: o Núcleo de Conciliação das Varas de Família, os Polos

4



de Conciliação e o Justiça Itinerante (ou Volante). A equipe do projeto é formada por Magistrados, Promotores, Advogados Voluntários, estudantes de Direito, Professores, Servidores da Justiça, médicos, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, e demais empresas públicas e privadas que atuam em parceria com o projeto como o Sistema Fecomércio SESC/SENAC e o ICI.

No município de Campo Largo o programa movimentou o Poder Judiciário no dia 17 de outubro de 2015, com a conclusão de 126 processos da Vara de Família, além de 190 atendimentos da demanda reprimida consensual e litigiosa, totalizando mais de dois mil atendimentos.

A equipe de voluntários se deslocou até a Comarca para o atendimento da população, os trabalhos permitiram adiantamento dos feitos com a efetiva entrega da prestação jurisdicional. Ao final do evento, aconteceu o tradicional casamento coletivo de 175 casais, celebrado por Joeci.

Como é feito?

As facilidades para implantar o projeto também devem ser apontadas, para que o 'Justiça no Bairro' chegue à determinada localidade deve ser formalizado um pedido, que pode vir tanto da Prefeitura da cidade quanto do Magistrado que atua na região.

O prazo para organizar um evento do 'Justiça Itinerante' é de 90 dias em média. O programa conta com o auxílio e ajuda de seus parceiros para que tudo ocorra de forma tranquila e organizada com o objetivo de facilitar os atendimentos. No 'Justiça no Bairro' a infraestrutura necessária é fornecida pelo município e instituições privadas.

A organização do evento como um todo, é feita pessoalmente pela desembargadora, que procura ajustar as necessidades de acordo com a localidade e prerrogativas dos juízes da região atendida.

2



Pode-se exemplificar desta forma, o atendimento realizado nos presídios que exige um preparo diferenciado em face à segurança de cada unidade penal. Nos presídios a estrutura toda fica a cargo do Poder Judiciário, ICI, do Estado por meio das Secretarias da Justiça, Segurança Pública, Saúde e do Ministério do Trabalho.

### **NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO DAS VARAS DE FAMÍLIA**

O Núcleo de Conciliação surgiu com o propósito de incentivar a conciliação no âmbito jurisdicional, permitindo a solução concreta e eficaz do conflito, diminuindo a demanda dos processos em trâmite. Segundo levantamento realizado por Joeci, coordenadora do projeto, entre os anos de 2.003 a 2.008, foi efetivado mais de 4.200 acordos.

#### **• Polos Avançados de Conciliação**

O Polo de Conciliação constitui, na essência, a efetividade da entrega da prestação jurisdicional. Funciona junto aos Núcleos de Prática Jurídica das universidades e faculdades de Direito, como forma de o judiciário participar do despertar da solidariedade, com responsabilidade na formação do Obreiro do Direito. O primeiro Polo de Conciliação foi instituído na Universidade Federal do Paraná em agosto de 2003, e posteriormente se estendeu às demais instituições que atuam nesta Capital.

A iniciativa teve como proposta a utilização da estrutura dos escritórios modelos ou Núcleo de Prática Jurídica possibilitando, além do atendimento de rotina a população, a inclusão de audiências de prévia conciliação a se realizar, mensalmente,

*E*



# **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**

## **ESTADO DO PARANÁ**

*Gabinete Vereador João Marcos*

com a participação do Juiz e equipe interdisciplinar, garantindo às partes a imediata entrega da documentação. Na realidade uma oficina de conhecimento, na qual o aluno constrói, passo a passo, o Direito a que fazem jus as partes. Atualmente funcionam os Polos de Conciliação da Unicuritiba e Promotoria das Comunidades.

Polo de Conciliação do Sítio Cercado (a ser reativado até o final do ano), este Polo foi uma ideia que deu certo, pois houve o aproveitamento de um espaço da Prefeitura Municipal denominado Vila Tecnológica, o qual abrigava os Juizados Especiais e de forma conjunta foi possível efetivar um trabalho de qualidade. O bairro do Sítio Cercado é um dos mais populosos e violentos da capital, o que permitiu que a comunidade pudesse buscar de imediato uma solução, possibilitando o atendimento semanal com audiências de conciliação pré-agendadas para as sextas feiras.

Em média, o Polo do Sítio Cercado conseguia realizar por mês mais de 100 audiências de conciliação prévia com a imediata entrega da prestação jurisdicional, e ainda eram efetivados cerca de 1.000 atendimentos mensais. O local, cedido pela Prefeitura Municipal, é mantido pelo Poder Judiciário do Paraná (manutenção, estruturação, logística e material de expediente), sendo que o atendimento é realizado por estagiários de Direito, Professores e Voluntários, sob a batuta do Juiz Supervisor que atende os Polos de Conciliação, além de motorista indispensável para as intimações e deslocamento do Juiz e voluntários. O Polo também conta com o apoio e atuação do Ministério Público, do ICI- Instituto Curitiba de Informática e da Defensoria Pública - um verdadeiro trabalho em equipe. Como o local sofreu significativas mudanças, ficou paralisado por algum tempo. Porém, está prestes a ser reativado, com uma proposta muito mais abrangente para o atendimento da comunidade local.

Polos nos Presídios

2



No sistema prisional o projeto 'Justiça no Bairro' desde 2003 vem devolvendo ao preso a sua dignidade, atendendo a família do detento e acompanhando a sua inserção no seio familiar. Uma forma inovadora e pioneira do judiciário paranaense levar esperança, pois possibilita que o Juiz e sua equipe se desloquem ao presídio para efetivar, por exemplo: reconhecimento de paternidade, guarda, divórcio e lavratura de registro tardio e ou retificação, que de forma consensual libera o preso da família anterior e organiza a sua união atual, permitindo a visita dos filhos e a expectativa de retorno à família quando do cumprimento da pena.

Este trabalho permite um prévio diagnóstico da situação do preso de forma individualizada, levantamento que é realizado pelo Serviço Social da Unidade Penal, permitindo que o projeto se articule para atender as pendências, desde a coleta de material para o DNA, a confecção de documentos pessoais (registro de nascimento, carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho e a habilitação para o casamento coletivo).

A Vara de Execuções Penais perfaz uma análise minuciosa da situação carcerária e se instala no presídio no dia do evento, permitindo por meio de todo o sistema informatizado criado pelo ICI, a apreciação de pedidos de progressão de regime e consequentemente, a expedição de Carta de Guia e Alvará de Soltura, como também propicia a inserção dos detentos no mercado de trabalho, por meio do projeto 'Começar de Novo', do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Dada à natureza social e humanitária do presente projeto, foi possível efetuar no sistema prisional cursos de Empregabilidade e de Arte, possibilitando uma melhor apresentação dos egressos no mercado de trabalho. Frente aos ensinamentos ofertados os detentos podem aperfeiçoar técnicas de pintura, e também conhecer sobre a História da arte, graças à concretização deste trabalho proveniente das parcerias.

O atendimento no Complexo Médico Penal (CPM) possibilitou conhecer de perto a realidade e necessidades dos internos, a efetivação do levantamento de

2



medidas de segurança, e ainda, foi possível promover a interdição e o encaminhamento dos internos para um local de apoio, até que os mesmos sejam deslocados para Casas Lares ou unidades Terapêuticas. Atualmente, o 'Justiça no Bairro' está envidando esforços com a Secretaria de Justiça para dar aos internos do Complexo a dignidade, pois até então, estavam totalmente abandonados pelo Estado.

### **ENTREVISTA COM JOECI SOBRE O PROGRAMA JUSTIÇA NO BAIRRO**

*Como surgiu a ideia do projeto?*

Na minha trajetória, sempre procurei atender a população carente. O projeto surgiu quando eu vim para Curitiba (quando juíza, Joeci percorreu diferentes cidades do interior). Desenvolvi tudo isto para a Rua da Cidadania. Fizemos sem ônus para ninguém. Utilizaria alunos da própria Defensoria Pública, o Ministério Público, advogados voluntários. E iríamos para o sábado. Seria forma de acolher o problema da pessoa.

*Havia uma demanda muito grande por estes serviços?*

Existiam aquelas filas intermináveis em frente a Defensoria Pública. Aquilo me motivou a fazer. Pensava: "vamos fazer tudo direto".

*O que mais surpreendeu no início do projeto?*

A primeira edição foi no Bairro Novo. Chegamos lá e vimos a enorme quantidade de gente. Pensava se conseguiríamos atender a todos. Conseguimos. Muitos não tinham levado toda a documentação, mas a gente tinha um calendário.

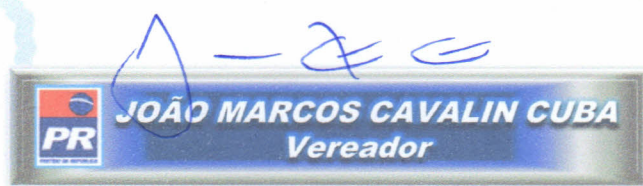


Então, eles se programavam. Depois, fizemos no Boqueirão e tinha o dobro em relação ao primeiro dia. Fomos depois para o Pinheirinho e foi algo surpreendente. Aquele dia eu achei que a gente não ia conseguir atender todos. A última audiência foi perto da meia noite.

### **DESEMBARGADORA JOECI CAMARGO DESTACA A FORÇA TRANSFORMADORA DO VOLUNTARIADO**

"Humanização da Justiça. É isso que precisamos fazer, e isso é possível pelo trabalho voluntário", afirmou a desembargadora Joeci Machado Camargo, do Tribunal de Justiça do Paraná, durante palestra para cerca de 150 convidados (30/04) no Plenário Pedro Ribeiro Tavares, na sede do TRT-PR.

Edifício da Câmara Municipal Campo Largo, 29 de outubro de 2015.





## JOECI MACHADO CAMARGO

### **Dados pessoais:**

Nascimento: 09.10.55  
Natural: Londrina  
Estado Civil: viúva  
Filiação: João Aristides Machado  
Didi Machado  
E-mail: [justicanobairro@hotmail.com](mailto:justicanobairro@hotmail.com) / [joe@tj.pr.gov.br](mailto:joe@tj.pr.gov.br)

Telefone: 041- 3200-2801  
3200-2802

### **Atividade Profissional**

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná  
Cargo Desembargadora integrante da 12ª

### **Câmara Cíveis**

Cumulativamente Coordenadora do Projeto  
Justiça no Bairro. Polos Avançados de  
Conciliação  
Rua Mauá, nº 920, 24º andar/ 246  
Curitiba – PR - 80.530-000  
(41) 3210-8648

Endereço  
Cidade  
Fone  
Fax



ATUOU:  
1996/1999

Programa Paraná Sentença em Dia

Juiz Formador  
Ano 1997/1999

Juiz Eleitoral  
Ano 2000/2001

Escola da Magistratura do Paraná  
Corpo Docente: Professor da disciplina de  
Direito de Família desde 1997

FACEAR – Faculdade de Araucária  
Corpo Docente: Professor da Disciplina de  
Direito de Família  
Desde 2007

**Escolaridade:**

**Superior:**

Direito  
Faculdade de Direito de Curitiba  
Ano 1980

**Extensão Universitária:**

Curso de Direito Processual Civil - Faculdade  
de Educação, Ciências e Letras de Cascavel,  
Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos e  
Ordem dos Advogados do Brasil.  
Cascavel - PR.  
Ano 1989

Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados -  
Escola Superior da Magistratura  
Porto Alegre - RS  
"Teoria Geral do Direito"  
Ano 1990

Curso de Aperfeiçoamento para Magistrados  
Florianópolis - SC.  
"Juizados Especiais"  
Ano 1995

**Livros e Periódicos:**



Participação no Livro Repertório de Doutrina sobre DIREITO DE FAMÍLIA, Coordenadores Teresa Arruda Alvim Wambier e Eduardo de Oliveira Leite –Aspectos Constitucionais Cíveis e processuais- volume 4 - Editora Revista dos Tribunais- 1999 Tema “Guarda e Responsabilidade”, páginas 244 a 275.

Participação no 1º Prêmio INNOVARE - O Judiciário do Século XXI - A Reforma Silenciosa da Justiça - Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - Categoria Juiz Individual - Núcleo de Conciliação das Varas de Família (pg. 288/296).

Artigos Publicados – Na revista do IBDFAM, Gazeta do Povo, entre outros

**Cursos, Congressos, Seminário, Encontros:**

Coordenadora do XXVIII Seminário Regional da Magistratura - Associação dos Magistrados do Paraná  
Guaratuba-Pr.

“As ações Possessórias e o Usucapião - Concurso de Crimes - Princípios da Culpabilidade - A Posse no Código Civil Brasileiro”  
Ano 1988

XXXI Seminário Regional da Magistratura Paranaense - Associação dos Magistrados do Paraná  
Londrina - PR.

“Prestação de Serviço à Comunidade” e “Ação Cautelar”  
Ano 1989

II Congresso Estadual da Magistratura Paranaense- Associação dos Magistrados do Paraná  
Foz do Iguaçu – PR.  
Ano- 1989



XXXII Seminário Regional da Magistratura  
Apucarana - PR  
"Considerações Sobre a Prisão Provisória" e  
"Intervenção de Terceiros Oposição"  
Ano 1990

XI Congresso Brasileiro de Magistrados  
Balneário Camboriú - SC  
Ano 1990

Encontro de Juízes de Menores - Associação  
dos Magistrados do Paraná  
Guaratuba - PR  
"Estatuto da Criança e do Adolescente"  
Ano 1990

I Encontro Judiciário - Criminalística do  
Paraná Tribunal de Justiça e Associação de  
Criminalística do Paraná  
Curitiba - PR.  
Ano 1991

XVIII Encontro dos Oficiais de Registro de  
Imóveis do Brasil.  
Maceió - AL.  
Ano 1991

XII Congresso Brasileiro de Magistrados  
Belo Horizonte - MG.  
Ano 1992

XII Congresso Brasileiro de Direito  
Constitucional  
Curitiba - PR.  
O Instituto Brasileiro de Direito Constitucional  
e a Juruá Editora  
"Constituição de 1988 - Um Balanço do  
Passado; Antevisão do Futuro"  
Ano 1991

1º Congresso Brasileiro de Direito Processual  
Civil - Faculdade de Direito da UFPR -  
Ministério Público Federal e a Juruá Editora  
Curitiba - PR.



"A Função Social do Processo, o Devido Processo Legal e o Acesso à Justiça"  
Ano 1991

I Congresso Internacional de Direito Administrativo - Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e a Juruá Editora

Foz do Iguaçu- Pr

"A Desigualdade Jurídica entre a Administração Pública e os Administrados", "O Regime Jurídico Único do Servidor Público"  
Ano 1991

XIX Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil - Instituto de Registro Imobiliário do Brasil  
Goiânia – GO.  
Ano 1992

I Congresso Brasileiro de Direito de Família  
Belo Horizonte – MG.  
Ano 1997

Seminário Luso-Brasileiro Sobre as Novas Tendências do Direito Civil – Convênio com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra  
Curitiba- PR  
Ano 1998

Curso de Direito Eleitoral  
Tribunal Superior Eleitoral  
Ano 2005

Jornada Lei Maria da Penha  
Conselho Nacional de Justiça  
Brasília  
27.11.2006

Seminário de Lançamento do Projeto Justiça nas Escolas - BULLYING  
Conselho Nacional de Justiça  
Outubro de 2010



# **CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**

## **ESTADO DO PARANÁ**

*Gabinete Vereador João Marcos*

Congresso de Direito de Família - IBDEFAM  
2010

### **Palestras Proferidas:**

Rotary Club de Curitiba Leste  
"Juizados Especiais"  
Curitiba-PR.  
Ano- 1995

2º Seminário – Desafios e Perspectivas do  
Direito de Família - Instituto Brasileiro de  
Direito de Família e Escola da Magistratura do  
Paraná  
"Medida Cautelar no Direito de Família"  
Curitiba-PR.  
Ano 2000

1ª Teleconferência - Escola da Magistratura  
do Paraná - Associação dos Magistrados do  
Paraná e Associação Paranaense do  
Ministério Público  
"Código Civil: Conheça as Principais  
Mudanças do Direito de Família"  
Curitiba – PR.  
Ano 2001

Curso de Especialização de Direito de Família  
- Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
"Aspectos Processuais da Separação,  
Divórcio e Investigação de Paternidade com  
reflexo no Novo Código Civil"  
Curitiba – PR.  
Ano 2002

XVIII Congresso da Associação Brasileira de  
Neurologia e psiquiatria infantil- XV  
Congresso da Federação Latino-Americana  
de Psiquiatria Infantil e da Adolescência – I  
Jornada de Saúde Mental da Sociedade  
Paranaense de Pediatria

Apresentação do Programa Justiça do Bairro  
Cúpula Mundial da Família - Organização  
Mundial da Família, sendo agraciada com o  
Prêmio História Vencedora



Sanya - China  
Dezembro de 2004

II Seminário de Responsabilidade Social da  
Justiça Federal  
"Responsabilidade social do Poder Judiciário  
do Estado do Paraná - Justiça no Bairro"  
Ano 2005

Palestra A Saúde Jurídica da Família – Fórum  
de Saúde  
Associação das Amigas da Mama do Paraná  
Curitiba  
Ano 2005

Prêmio Cláudia  
Finalista na Categoria Políticas Públicas  
São Paulo - SP  
Novembro de 2005

Título de Cidadã Honorária de Curitiba  
Câmara Municipal de Curitiba  
Ano 2005

Comenda Duque de Caxias  
Maçonaria Paranaense  
Agosto de 2005

Curso de Especialização em Direito Eleitoral  
Universidade Tuiuti do Paraná  
Curitiba - PR  
Maio de 2006

Palestra A Família Constitucionalizada e Não  
Constitucionalizada  
II Semana Jurídica da Faculdade Cenecista  
Presidente Kennedy  
Campo Largo - PR  
Agosto 2006

Título de Cidadã Benemerita do Paraná  
Assembléia Estadual  
Curitiba - PR  
Agosto de 2006



Palestra Projeto Justiça no Bairro  
2º Encontro do Colégio dos Corregedores do  
Tribunal de Contas do Brasil  
Curitiba - PR  
Outubro de 2006

Título de Cidadã Honorária de Formosa do  
Oeste/PR  
Câmara Municipal de Formosa do Oeste/PR  
Ano 2007

Título recebido pela Assembleia Estadual, e  
Comendadora da Ordem do Mérito do  
Comércio do Paraná – Sistema Fecomércio –  
SESC Senac/PR  
Ano 2011

Colaborador Emérito do Exército Brasileiro –  
Comando da 5ª Região Militar de Curitiba/PR  
Ano 2012

PREMIO CONCILIAR É LEGAL do CNJ em  
2013

Comenda recebida pela AMAPAR em 2014